

BOLETIM 1457

Brasília (DF), 26 de junho de 2026

Centrais intensificam mobilização nacional e convocam manifestações para 30 de junho pelo fim da jornada 6X1

As centrais sindicais NCST, CUT, Força Sindical, UGT, CTB, CSB, Intersindical, Pública e Fórum Sindical dos Trabalhadores convocaram trabalhadores, entidades sindicais e movimentos sociais para participarem das atividades programadas para o dia 30 de junho em todo o país.

A iniciativa faz parte da campanha nacional em defesa da redução da jornada de trabalho sem diminuição dos salários e pelo fim da escala de trabalho 6x1.

A definição da agenda ocorreu durante reunião entre representantes das centrais e de movimentos sociais, que discutiram ações para ampliar o engajamento popular e fortalecer a articulação política em torno das propostas em debate no Senado Federal.

As entidades também destacaram a necessidade de manter a unidade do movimento sindical para avançar em pautas consideradas prioritárias para a classe trabalhadora.

Mobilização e articulação política - Como etapa preparatória, as centrais orientam sindicatos, federações e demais organizações a utilizarem, no dia 29 de junho, a plataforma Na Pressão, disponível em napressao.org.br. A ferramenta permite o envio de mensagens aos parlamentares em apoio às reivindicações dos trabalhadores.



Outra orientação é que as entidades estaduais reforcem o diálogo com os senadores de seus respectivos estados, buscando ampliar o apoio às propostas relacionadas à redução da jornada e ao fim da escala 6x1.

Ainda no dia 29, as organizações sindicais deverão promover uma ampla divulgação do tema por meio de matérias, artigos e conteúdos informativos em seus canais de comunicação. A proposta é ampliar o debate público sobre os impactos positivos das mudanças nas condições de trabalho e na qualidade de vida dos trabalhadores.

No dia 1º de julho, o Senado Federal sediará uma audiência pública que reunirá cerca de 30 representantes de entidades sindicais, especialistas e integrantes de movimentos sociais. Durante o encontro, serão apresentados argumentos técnicos e sociais em defesa da redução da jornada de trabalho.

Também está prevista, na mesma data, uma reunião entre representantes das centrais sindicais e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre. O encontro terá como foco o diálogo institucional e o acompanhamento da tramitação das propostas defendidas pelo movimento sindical.

Fonte: NCST

Senado promove debate sobre PEC do fim da escala 6x1 em 1º de julho

O Plenário do Senado realizará no próximo dia 1º de julho uma sessão de debates temáticos para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC 221/2019), que prevê o fim da escala de trabalho 6x1.

A discussão terá como objetivo avaliar os impactos sociais, econômicos e produtivos da redução da jornada de trabalho no país, com especialistas, parlamentares e membros de diferentes setores. Entre as entidades convidadas está a Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP). A confirmação foi dada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

"Este é o motivo de uma audiência pública tão relevante: ouvirmos todos aqueles que queiram ajudar a construir o entendimento em relação a esta matéria."

A PEC propõe a redução da jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas, além da garantia de dois dias de descanso por semana, substituindo o modelo atual de seis dias trabalhados para um de folga. A implementação seria gradual, com prazo de transição de até 14 meses após a eventual promulgação da proposta.

Incertezas no Senado - Aprovada pela Câmara dos Deputados em 27 de maio, a proposta enfrenta um cenário de incerteza no Senado. Encaminhada à Casa no dia seguinte, a matéria permanece há quase 30 dias sem avanços formais.

Até o momento, a PEC não recebeu despacho da Presidência do Senado, não teve relator designado nem foi encaminhada a qualquer comissão. Também não há um calendário definido para sua tramitação.

Enquanto não houver despacho, a proposta seguirá sem andamento efetivo na Casa. Em meio à falta de andamento da proposta, o Congresso tem semana esvaziada sem votações agendadas. O período entre 22 e 26 de junho é marcado por festas de São João e pelo jogo do Brasil na Copa do Mundo, na quarta-feira (24).

A baixa movimentação aumenta a pressão para a votação de matérias consideradas estratégicas, inclusive a PEC da 6x1, antes do início oficial do recesso parlamentar, previsto para começar em 18 de julho.

Fonte: Congresso em Foco

Centrais e Alcolumbre devem se reunir dia 1º

Avançam as articulações pelo fim da escala 6x1 e a redução da jornada para 40 horas semanais. A primeira quarta-feira de julho deverá ter reunião com o presidente da CCJ, senador Otto Alencar (PSD-BA), e também encontro das Centrais com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP).

A articulação dentro do Senado visa garantir, dentro do prazo, a votação da PEC que acaba com a 6x1 e fixa jornada de 40 horas semanais. Mas o sindicalismo atua também, nos Estados, buscando dialogar com os senadores locais.

Miguel Torres, presidente da Força Sindical, está otimista, mas recomenda reforço nas tratativas com os três senadores de cada Estado. Ele adianta: "Semana que vem faremos reunião da Força Sindical, a fim de fazer o balanço das atividades e também para reforçar o diálogo com cada senador".

Paim – O anúncio do encontro foi feito pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que já se reuniu com Alcolumbre, a fim de definir a reunião do presidente do Senado com os representantes das entidades sindicais a fim de discutir os passos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC 221/2019).



PL 1.838/26: a hora da verdade para a jornada de 40 h

A Câmara dos Deputados inicia, nesta terça-feira (16), uma das discussões mais relevantes da agenda trabalhista dos últimos anos. Único item da pauta do plenário, o PL (Projeto de Lei) 1.838/26, encaminhado pelo governo federal em regime de urgência, regulamenta a redução da jornada semanal de trabalho para 40 horas e adapta a CLT às mudanças aprovadas recentemente pelos deputados na Constituição.

Como tramita em regime de urgência constitucional, o projeto passou a trancar a pauta da Casa, impedindo a deliberação de parte das demais matérias até que a votação do PL seja concluída.

Antes da apreciação em plenário, o texto será debatido em reunião entre o presidente da Câmara, os líderes partidários e o relator da proposta, numa tentativa de construir consenso em torno da matéria que mobiliza sindicatos, empresários e o governo.

Regulamentação da PEC - O projeto de lei complementa a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) 221/19, aprovada pela Câmara em 27 de maio, que reduziu a jornada máxima semanal de 44 para 40 horas sem redução salarial e substituiu gradualmente a escala de 6 dias de trabalho por 1 de descanso (6x1) pelo modelo de 5 dias trabalhados para 2 de folga (5x2).

Enquanto a PEC alterou o texto constitucional, o projeto de lei tem a função de disciplinar aspectos operacionais e regulamentares da nova jornada, definindo mecanismos de implementação, transição e adequação das relações de trabalho às novas regras.

A proposta ainda precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado para que as mudanças constitucionais possam ser plenamente aplicadas caso a PEC também conclua a tramitação no Congresso Nacional.

Relator é o mesmo da PEC - A condução do projeto ficará sob responsabilidade do deputado Leo Prates (Republicanos-BA), escolhido pelo presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), na última quinta-feira (11).

A indicação tem forte simbolismo político. Prates foi o relator da PEC 221/19 e teve papel central na construção do texto que reuniu apoio da base governista, de setores do centro político e de parte expressiva da oposição durante a tramitação da proposta na comissão especial e no plenário.

A expectativa é que o parlamentar preserve no projeto de regulamentação os mesmos parâmetros aprovados pela Câmara na mudança constitucional, evitando alterações que possam reabrir divergências já superadas na votação da PEC.

Estratégia da presidência - Em manifestação nas redes, o deputado Hugo Motta sinalizou que a intenção da Mesa Diretora é manter a coerência entre ambos os textos – a PEC e o PL –, assegurando que o projeto de lei reproduza os fundamentos da proposta constitucional aprovada pelos deputados.

A estratégia busca evitar conflitos interpretativos entre a futura legislação infraconstitucional e a PEC em análise no Senado, além de acelerar a implementação das mudanças caso a proposta de emenda à Constituição seja definitivamente aprovada pelo Congresso.

Fonte: Diap

Pejotização avança e esvazia proteção trabalhista

Migração de 5,5 milhões de trabalhadores da CLT para contratos via CNPJ amplia perdas para Previdência e FGTS e leva disputa sobre o futuro do trabalho ao STF

Trata-se da nova face da precarização. Estamos tratando da migração em massa de trabalhadores da CLT para contratos via PJ (pessoa jurídica), que transforma o trabalhador em “empresa” deixou de ser tendência restrita a profissionais de alta renda e passou a redesenhar o mercado de trabalho brasileiro.

Entre 2022 e 2025, cerca de 5,5 milhões de trabalhadores abandonaram vínculos formais e passaram a atuar como prestadores de serviço, segundo dados do MTE.

O fenômeno, vendido por empresas como modernização das relações de trabalho e ampliação da flexibilidade, começa a produzir efeitos significativos sobre as contas públicas e a rede de proteção social.

Estimativas do governo apontam perdas de R\$ 61,4 bilhões para a Previdência Social e de R\$ 24,2 bilhões para o FGTS no período.

O crescimento acelerado da chamada pejotização levou o debate ao STF, que realizará julgamento — Tema 1389 — com potencial para redefinir os limites entre contratação legítima e fraude trabalhista no País.

Semana passada, o Supremo decidiu retomar o andamento dos processos sobre pejotização na primeira e segunda instâncias da Justiça do Trabalho. Embora as ações possam voltar a tramitar nas varas e tribunais regionais, a Corte ainda não julgou o mérito da questão, pendente sob o Tema 1389 da repercussão geral.

O que está em jogo no STF - A discussão ganhou dimensão nacional após o STF suspender milhares de processos sobre reconhecimento de vínculo empregatício até o julgamento do Tema 1389, que deverá fixar tese de repercussão geral para todo o Judiciário.

O caso expõe divergência histórica entre a Justiça do Trabalho e setores empresariais. Enquanto o TST entende que a existência de CNPJ não afasta automaticamente o vínculo de emprego quando estão presentes subordinação, pessoalidade, habitualidade e remuneração, representantes do mercado defendem maior liberdade contratual.

Em audiência pública promovida pela Corte, magistrados, economistas, sindicalistas, empresários e especialistas divergiram sobre os efeitos do modelo. O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, classificou a expansão da pejotização como ameaça à proteção previdenciária e trabalhista, alertando para o risco de esvaziamento do sistema da Seguridade Social (Previdência, Saúde e Assistência).

Nas redes e em fóruns especializados, o debate também se intensificou. De um lado, trabalhadores relatam ganhos líquidos maiores e maior autonomia profissional. De outro, multiplicam-se relatos de profissionais obrigados a abrir empresas para manter empregos que continuam sob as mesmas regras da CLT.

Crescimento impulsionado por empresas - A expansão da chamada pejotização não decorre apenas de escolha dos trabalhadores. Em muitos setores, essa tem sido estimulada por empresas interessadas em reduzir encargos trabalhistas e custos operacionais.

A diferença é expressiva. Enquanto a contratação formal envolve férias remuneradas, 13º salário, FGTS, contribuição previdenciária patronal e outras obrigações, os contratos PJ transferem parte desses custos e riscos para o trabalhador.



O resultado é pressão crescente para substituição de vínculos celetistas por contratos empresariais, sobretudo em segmentos de alta qualificação.

Levantamento da Catho mostra que as vagas para contratação via PJ cresceram 19% no primeiro trimestre de 2026 em comparação com o mesmo período do ano anterior. Estudo da InfoJobs indica dado revelador: apesar da expansão desse modelo, 56% dos profissionais que atuam como PJ afirmam preferir retornar ao regime CLT, principalmente em busca de estabilidade e proteção social.

Onde a pejetização mais avança - A transformação é especialmente intensa em atividades ligadas à economia digital e aos serviços especializados.

Na área de tecnologia da informação, mais de 90% dos profissionais já atuam como pessoa jurídica. Em comunicação e marketing, a participação do modelo passou de 49% das vagas em 2021 para 68% em 2026.

A saúde também aderiu fortemente ao sistema. Médicos plantonistas, psicólogos e outros profissionais frequentemente trabalham por meio de empresas próprias. O mesmo ocorre em setores como engenharia, advocacia, consultoria e produção audiovisual.

Por outro lado, atividades com menor remuneração média e maior necessidade de controle operacional continuam predominantemente vinculadas à CLT, como comércio, logística, transporte coletivo, construção civil, limpeza urbana e serviços administrativos.

Conta que fica para o Estado - O avanço da pejetização produz efeito paradoxal. Embora reduza custos para empresas e possa elevar a renda líquida de parte dos profissionais, diminui significativamente a arrecadação destinada à Previdência Social e ao FGTS.

Especialistas em finanças públicas alertam que a expansão indiscriminada do modelo pode ampliar o desequilíbrio previdenciário justamente em momento de envelhecimento acelerado da população brasileira.

A preocupação também envolve o futuro dos próprios trabalhadores. Sem contribuição previdenciária regular, milhões de profissionais podem chegar à aposentadoria sem cumprir requisitos mínimos para acesso a benefícios ou depender exclusivamente de programas assistenciais financiados pelo Estado.

Flexibilidade ou fraude? - A questão central não é a existência do contrato PJ em si. Há consenso de que esse é legítimo em inúmeras atividades empresariais e profissionais. O problema surge quando a figura jurídica é utilizada para mascarar relações de emprego tradicionais.

Nesses casos, trabalhadores cumprem jornada fixa, respondem a superiores hierárquicos, não podem se fazer substituir e recebem remuneração periódica, mas sem qualquer proteção trabalhista. É justamente essa fronteira que o STF será chamado a definir.

O julgamento poderá estabelecer marco regulatório para um dos temas mais sensíveis da economia contemporânea: o equilíbrio entre flexibilidade produtiva, competitividade empresarial e preservação dos direitos sociais.

Mais do que disputa jurídica, a discussão reflete o dilema estrutural do mercado de trabalho brasileiro.

De um lado, empresas pressionadas por custos e competição global. De outro, milhões de trabalhadores que veem na carteira assinada não apenas contrato de trabalho, mas rede de proteção cada vez mais rara em mercado marcado pela informalização crescente, que, em última instância, significa precarização das relações de trabalho.

Fonte: Diap



STF retira suspensão de processos sobre 'pejotização' na 1ª instância e nos TRTs

O ministro Gilmar Mendes, decano do STF, determinou a retirada da suspensão dos processos que discutem a licitude da contratação de trabalhador autônomo ou de pessoa jurídica para a prestação de serviços, prática conhecida como "pejotização". A medida vale apenas para a primeira e a segunda instâncias da Justiça do Trabalho.

Em sua decisão, o relator considerou que a suspensão dos processos ainda em fase de instrução (produção de provas) ou pendentes de julgamento produziu um "significativo represamento". Por essa razão, avaliou ser recomendável o prosseguimento dos processos perante os juízos de primeiro grau e os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), permitindo a completa instrução processual e o julgamento.

"Tal providência não compromete a autoridade da futura decisão desta Corte nem a uniformização da interpretação constitucional da matéria, uma vez que eventuais divergências permanecerão sujeitas à incidência da tese vinculante a ser posteriormente fixada pelo Supremo Tribunal Federal", destacou o ministro.

A decisão estabelece que a suspensão voltará a valer após o julgamento dos casos pelos TRTs. A partir dessa etapa, os processos deverão permanecer suspensos até o julgamento definitivo da tese sobre a "pejotização" pelo STF.

"Pejotização" - A suspensão nacional havia sido determinada em abril do ano passado. Na ocasião, o relator considerou que a controvérsia sobre a legalidade desses contratos havia sobrecarregado o STF, diante do elevado número de reclamações contra decisões da Justiça do Trabalho que, em diferentes graus, deixavam de aplicar entendimento já firmado pela Corte sobre a matéria.

A "pejotização" consiste na contratação de um trabalhador por meio de pessoa jurídica constituída para a prestação de serviços. Esse modelo é comum em diversos setores, como representação comercial, corretagem de imóveis, advocacia associada, saúde, artes, tecnologia da informação e serviços de entrega, entre outros.

No caso discutido no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1532603 – processo paradigma da repercussão geral (Tema 1.389) –, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) afastou o reconhecimento do vínculo empregatício entre um corretor e uma seguradora, tendo em vista a existência de contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, na modalidade de franquia.

Fonte: STF

Paim comemora fim da idade mínima para aposentadoria em atividades insalubres

O senador Paulo Paim (PT-RS) comemorou nesta segunda-feira (22) a derrubada, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da idade mínima para aposentadoria especial em atividades insalubres.

A idade mínima (55, 58 ou 60 anos, conforme o tempo de contribuição) para os trabalhadores expostos a agentes nocivos à saúde obterem aposentadoria especial havia sido instituída pela reforma da Previdência de 2019, no governo de Jair Bolsonaro. No último dia 3, o STF julgou parcialmente procedente uma ação direta de inconstitucionalidade proposta em 2020 pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), invalidando esse dispositivo da reforma.

— [O STF] tomou uma decisão que entrará para a história da proteção social da classe trabalhadora do nosso país. Barrou, definitivamente, a absurda exigência da idade mínima para a aposentadoria especial, tão combatida por nós, mas imposta, infelizmente, em 2019 — explicou Paim em discurso no Plenário, aproveitando para saudar os 80 anos da CNTI.

Para ele, o fim da idade mínima para essas atividades não é privilégio, mas um instrumento de proteção coletiva e medicina preventiva para “retirar o corpo humano do ambiente hostil antes que o dano biológico seja irreversível”.

— Exigir a idade mínima de 55, 58 ou 60 para quem trabalha em minas de subsolo com alta poluição ou com agentes químicos cancerígenos ou em redes elétricas de alta tensão, por exemplo,



é uma sentença de invalidez. Ou de morte precoce — afirmou.

O senador recordou as audiências públicas feitas pelo país para convencer de que o fim da idade mínima seria uma medida suprapartidária e a favor dos trabalhadores e trabalhadoras em atividades insalubres. Os debates e estudos, segundo Paim, provaram “o óbvio”.

6 x 1 - No discurso, o senador reafirmou seu apoio ao fim da escala 6x1, em discussão no Senado. Para ele, a medida é apenas uma evolução natural das relações trabalhistas no Brasil.

— A mesma filosofia que enterrou a idade mínima é a que move nossa defesa intransigente pelo fim da degradante escala 6x1 e pela redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais. Quem não gostaria ou não gosta de ficar sábado e domingo em casa? — perguntou.

Fonte: Agência Senado

Centrais: juros continuam sufocando a produção e emprego

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) de reduzir a taxa Selic em apenas 0,25 ponto percentual está muito aquém das necessidades da economia brasileira e das demandas da classe trabalhadora.

O Banco Central segue adotando uma política monetária excessivamente conservadora, que restringe investimentos, compromete a expansão da atividade econômica e dificulta a geração de empregos de qualidade.

Além disso, a redução anunciada produz impacto praticamente insignificante sobre o custo do crédito, que continua elevado para empresas, produtores e consumidores.

O Brasil apresenta inflação sob controle e reúne condições para uma redução mais significativa dos juros. Não há justificativa econômica para uma postura tão cautelosa, que mantém o país preso a um ciclo de baixo crescimento.

Enquanto o setor produtivo enfrenta dificuldades para investir e ampliar suas atividades, a manutenção de juros elevados continua beneficiando o rentismo e a especulação financeira, em detrimento da produção e do trabalho.

Com isso, o país perde oportunidades de acelerar o crescimento econômico, fortalecer a indústria nacional, estimular o consumo e ampliar a renda das famílias brasileiras.

A persistência de taxas de juros em patamares tão elevados também pressiona as contas públicas, aumentando os gastos com a dívida e reduzindo a capacidade do Estado de investir em áreas estratégicas e em políticas sociais.

As centrais continuarão defendendo uma redução mais consistente da Selic, compatível com o desenvolvimento nacional, da valorização do trabalho e geração de emprego e renda.

FAT terá orçamento de R\$ 130 bilhões para fortalecer políticas de emprego e renda em 2027

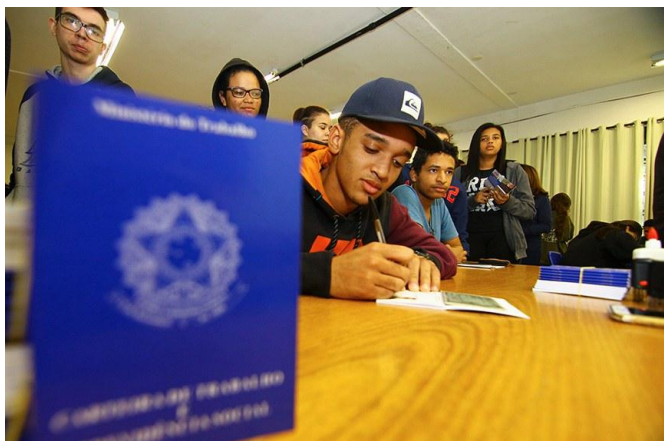
O Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat) aprovou, nesta terça-feira (23), a proposta orçamentária do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para 2027, no valor de R\$ 130,03 bilhões. O montante representa um aumento de 8% em relação ao orçamento previsto na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2026 (Lei nº 15.346), que é de R\$ 120,397 bilhões.

Para a promoção do trabalho digno, emprego e renda, foi alocado o total de R\$ 107,617 bilhões. Nessa programação estão inseridas políticas como o Abono Salarial, que receberá R\$ 34,760 bilhões, com estimativa de beneficiar 25,1 milhões de trabalhadores, e o Seguro-Desemprego, com R\$ 71,758 bilhões, atendendo aproximadamente 8,3 milhões de trabalhadores. Também foram destinados R\$ 450 milhões para a qualificação profissional, R\$ 117,12 milhões para o fomento à inclusão produtiva e R\$ 309 milhões para a gestão do Sistema Nacional de Emprego (Sine).

Conforme previsto na Constituição Federal, parte dos recursos orçamentários do FAT é destinada a programas de desenvolvimento econômico, operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Para 2027, estão previstos repasses de R\$ 22,3 bilhões ao banco para o financiamento de programas de desenvolvimento econômico.

A proposta orçamentária aprovada pelo Conselho para 2027 estima uma arrecadação total de R\$ 130,03 bilhões, composta por R\$ 96,80 bilhões provenientes da arrecadação de contribuições do PIS/Pasep, R\$ 32,8 bilhões em receitas financeiras e R\$ 456,10 milhões oriundos de outras fontes.

Fonte: MTE



Governo veta integralmente projeto que reduz direitos

O presidente da República em exercício, Geraldo Alckmin, vetou integralmente o projeto de lei que flexibiliza regras para a entrada no mercado de trabalho de jovens com idades entre 18 e 29 anos que nunca tiveram carteira assinada. O Programa Contrato de Primeiro Emprego, objeto do PL 5228/19, previa redução da alíquota do FGTS e da contribuição à Previdência como incentivos para as empresas contratarem pessoas sem experiência.

A mensagem de veto, publicada no Diário Oficial da União da quinta-feira (18), sustenta que o texto fere a Constituição ao instituir modalidade diferenciada de contrato trabalhista com diminuição de garantias laborais, o que constitui “afronta aos princípios da isonomia, da igualdade material e da vedação ao retrocesso social”. Além disso, a redução da alíquota do FGTS importaria aos trabalhadores “padrão protetivo inferior ao dos demais celetistas” e comprometeria o equilíbrio financeiro da Previdência Social.

O Congresso decidirá, em sessão conjunta, se mantém ou derruba o veto.

O projeto teve origem em proposta do senador Irajá (PSD-TO) e foi aprovado com modificações pela Câmara dos Deputados em novembro de 2023. A Câmara incluiu no texto as regras gerais da Carteira Verde e Amarela, objeto da Medida Provisória 905/19, cuja vigência acabou por não ser votada. O texto definitivo teve a aprovação do Senado em 27 de maio deste ano.

Fonte: Agência Câmara

MP amplia programa para reduzir fila de análise de benefícios do INSS

A nova norma reduz de 45 para 30 dias o tempo de espera de processos previdenciários e assistenciais para que entrem no monitoramento especial

A Medida Provisória 1369/26 amplia a atuação do Programa de Gerenciamento de Benefícios, criado para ajudar a reduzir as filas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e da perícia médica federal.

A MP 1369/26 altera a Lei 15.201/25 e inclui entre os objetivos do programa o monitoramento de processos de benefícios previdenciários e assistenciais que estejam em tramitação há mais de 30 dias ou com prazo judicial expirado.

Criado para acelerar a análise de processos pendentes no INSS e na Perícia Médica Federal, o programa passa a acompanhar requerimentos com maior tempo de espera.

Próximos passos - Como toda medida provisória, a norma já está em vigor a partir da publicação, mas precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado em até 120 dias para virar lei.

Fonte: Agência Câmara

CONTRICOM NOS ESTADOS



STICOMBE Brasília: trabalhadores da construção entram em “estado de greve”

Reunidos em assembleia geral, convocada pelo STICOMBE Brasília, neste domingo (21), os trabalhadores da construção civil e das manutenções do Distrito Federal decidiram rejeitar a proposta, considerada “final”, apresentada pelo SINDUSCON-DF, e aprovar o estado de greve da categoria *(foto)*.

A assembleia realizada na sede do Sindicato decidiu, também, apresentar uma contraproposta de reajuste de 8%, índice que repõe a inflação e assegura um ganho real nos salários, nos pisos e fora dos pisos.

O presidente Raimundo Salvador, que também é dirigente da CONTRICOM, disse esperar “a sensibilidade por parte do sindicato patronal, pois as adversidades econômicas apresentadas pelo SINDUSCON não podem recair sobre os ombros dos trabalhadores, que merecem ser mais valorizados e respeitados”.

Os inúmeros trabalhadores que fizeram uso da palavra foram unâimes em considerar “inaceitável” a proposta patronal. A assembleia também elegeu uma comissão do Sindicato para retomar as negociações.

STICOMBE RECEBE APOIO DA NOVA CENTRAL, CONTRICOM E FETICOM GO/TO/DF - Compareceram e externaram apoio e solidariedade ao sindicato e à luta dos trabalhadores a presidente nacional da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, o representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria da Construção e do Mobiliário (CONTRICOM), Marco Antônio Campanella, e da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário dos Estados de Goiás, Tocantins e Distrito Federal (FETICOM-GO/TO/DF), Michele de Souza Pereira.

Fonte: STICOMBE Brasília

BOLETIM CONTRICOM

Presidente

REINALDIM BARBOZA PEREIRA

Secretário Geral

EVILÁSIO DE DEUS LOPES

Secretário de Finanças

ALTAMIRO PERDONÁ

Secretário para Assuntos de Comunicação

WILSON GERALDO SALES DA SILVA

Redação e Edição

MAC CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO